



Para cobrir incompetência, Guedes quer acelerar venda do patrimônio nacional

O ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes, que desde o início da gestão de Jair Bolsonaro (ex-PSL) não apresentou sequer uma proposta de desenvolvimento econômico e social sustentável, só medidas para retirar direitos da classe trabalhadora, anunciou na última semana que pretende acelerar o processo de privatização de empresas estatais para cobrir o rombo do déficit público deste ano que deverá chegar a R\$ 800 bilhões.

O economista Marcio Pochmann, da Fundação Perseu Abramo, ironiza dizendo que errar é humano, mas persistir no erro é burrice, ao avaliar a teimosia de Guedes em colocar a privatização das estatais como a “salvação” da nossa economia.

De acordo com Pochmann, há outras formas de fazer a economia brasileira sair da crise em que se encontra, como a emissão de moeda, como fizeram os Estados Unidos e a União Europeia no enfrentamento da crise econômica de 2008; e ainda fazer uma reforma tributária e **taxar as grandes fortunas**, como defende a CUT e diversas entidades.

O Portal CUT na série de reportagens ‘E eu com isso?’, ouviu especialistas de diversos setores que concordam com a avaliação de que é por meio do investimento público que a economia pode se recuperar, diferentemente do que pensa Paulo Guedes com seu discurso econômico neoliberal. Confira.

Das 17 estatais que pretende vender, Guedes quer acelerar as privatizações da Eletrobras, os Correios, o Porto de Santos e a Pré-Sal Petróleo S/A, esta última responsável pela comercialização do óleo e do gás, que fica com o governo, e pela gestão dos contratos de partilha nos leilões. Além de acelerar as vendas do

patrimônio público brasileiro, Guedes quer por meio de uma oferta pública de ações, abrir o capital da Caixa Seguridade. O valor que o governo federal pretende arrecadar não foi informado.

A ideia fixa de Guedes em vender o patrimônio brasileiro para fazer caixa, não leva em consideração nem o período de pandemia do novo coronavírus (Covid-19) que o mundo vem enfrentando nem o fato de que na lista que ele quer liquidar tem empresas estratégicas para o Brasil como a Pré-Sal Petróleo S/A e os Correios.

Pochmann diz que nenhum país do mundo vai querer investir neste momento no Brasil. Segundo ele, já há inclusive uma fuga de capital estrangeiro, só neste ano, de US\$ 10 bilhões.

A fuga de capitais internacionais pode ainda piorar. Segundo a Agência Reuters, sete grandes empresas de investimento europeias disseram que desinvestirão em produtores de carne, operadoras de grãos e até em títulos do governo do Brasil se não virem progresso rumo a uma solução para a destruição crescente da Floresta Amazônica.

Os investidores estrangeiros que ameaçam deixar o Brasil têm mais de US\$ 2 trilhões em ativos administrados, como o finlandês Nordea e a britânica Legal & General Investment Management (LGIM), diz a Reuters.

O Pré-Sal que deveria ser nosso

O discurso do que o privado é melhor do que o público neste governo chega ao ponto de querer vender empresas estratégicas para o país, como é o caso da Pré-Sal Petróleo S/A. O economista e técnico da subseção do Dieese da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Clovomar Cararine, conta que a empresa

foi criada em 2010 para ter sob controle do governo o volume de produção de petróleo no modelo de partilha, que é quando a empresa exploradora de petróleo divide com a União parte da descoberta.

Ele explica que nos modelos de partilha ganha o leilão a empresa que oferecer o maior percentual do volume do petróleo. Por exemplo, a Petrobras vence o leilão por oferecer 40% da sua descoberta à União. À Pré-Sal Petróleo S/A cabe comercializar esse petróleo e fiscalizar se os preços cobrados pela Petrobras dos custos de produção estão de acordo.

Se a Petrobras oferece 40% do volume de petróleo a ser explorado, e um barril de petróleo custa US\$ 100, por exemplo, a empresa retira US\$ 15 de royalties mais US\$ 15 de custo de produção. Os US\$ 70 que sobraram são divididos em 60% (US\$ 42) para a Petrobras e 40% (US\$ 28) para a União. E quem confere se não houve majoração dos custos é a Pré-Sal, e é ela que também comercializa todo o volume de petróleo que a União tem direito.

Correios sempre na mira

Já a insistência em privatizar os Correios é um contrassenso do governo federal que colocou os serviços prestados pela estatal como essenciais nesta época de pandemia, diz José Rivaldo da Silva, Secretário-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect). Para ele, somente a falta de compromisso do governo de Jair Bolsonaro (ex-PSL) com os brasileiros e o país pode justificar tal decisão. E por isso, é necessária a união de todos os trabalhadores e trabalhadoras de estatais em defesa do patrimônio público brasileiro.

Escrito por: Rosely Rocha / Portal CUT

Servidores participam de ato pela democracia

Centenas de cidadãos e cidadãs protestaram neste domingo, 21, contra o governo do presidente Jair Bolsonaro, criticado pelo autoritarismo, pela ausência de comprometimento na batalha contra o novo coronavírus, pelo desmonte de políticas de Estado históricas e pelo retrocesso de direitos. Em Brasília, Condsef/Fenadsef e Sindsep-DF se somaram ao ato convocado pelas torcidas organizadas de futebol e marcharam na Esplanada dos Ministérios reivindicando respeito às instituições democráticas. O respeito ao serviço público federal e aos trabalhadores da União foi a bandeira dos servidores.

Com salários congelados há mais de três anos, a categoria pode ficar sem reajuste dos vencimentos até dezembro de 2021, caso o veto presidencial para auxílio emergencial a Estados e Municípios não seja derubado pelo Congresso Nacional. Na sexta-feira, 19, Condsef/Fenadsef divulgou carta a parlamentares, solicitando apoio aos trabalhadores que atuam na linha de frente do combate à pandemia e apontando 8 caminhos possíveis e justos para superação das crises sanitária e econômica no Brasil.

"Hoje é um dia importantíssimo, dia de reivindicar a permanência da democracia no nosso Brasil. Não é possível que a tragédia continue. Mais de 1 milhão de pessoas conta-



minadas, isso sem contar a subnotificação, e o presidente Bolsonaro segue fazendo chacota com o povo brasileiro. Hoje é dia para dizer a essa turma do Palácio do Planalto, tutelado pelos militares, que basta!", comentou o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. Para o Secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, os servidores aderiram ao protesto respeitando as medidas de distanciamento social e proteção contra a Covid-19. "Nós estamos nas ruas para pedir o fim do governo Bolsonaro. Estamos aqui pela democracia, por nossos direitos. Fora, Bolsonaro e Mourão", declarou durante a concentração.

De acordo com os organizadores, este é o quinto domingo de lutas e mais de 18 estados brasileiros aderiram ao movimento antifascista. "Se torcedores e torcedoras estão saindo às ruas no nosso País, é porque algo grave está acontecendo nas periferias, porque é de lá que saímos", afirmou um torcedor. "A nossa intenção é que todos os movimentos sociais se aglutinem nessa luta. Este é o início de uma grande batalha. Queremos levar as de-

mandas dos movimentos sociais para as arquibancadas do nosso País e não vamos parar. Esse governo vai cair", complementou.

Condsef/Fenadsef



O Sindsep/MA lamenta a perda de dois valiosos servidores filiados da nossa Secretaria Regional de Imperatriz. Os companheiros Valdemar Inácio dos Santos, 71, aposentado do Ministério da Saúde e Luiz Lopes de Sousa, aposentado do ministério da Economia. Os mesmos faleceram nesta sexta-feira (19).

Que Deus tenha misericórdia e conforto as suas família e amigos.